

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: Um Olhar Sobre a Experiência do Proeja no IF Sertão PE - Campus Floresta¹

EDUCATIONAL PUBLIC POLICIES: A Look at the Experience of Proeja in IF Sertão PE - Campus Forestry

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONALES: Una Mirada Sobre la Experiencia del Proeja en el IF Sertão PE - Campus Floresta

Talita de Souza Massena, Mestranda em Educação. Professora do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, IF SERTÃO PE. Coordenadora da Área Propedêutica dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado no Campus Santa Maria da Boa Vista-PE. IF Sertão-PE Campus Santa Maria da Boa Vista - BR 428 KM 90, 56380-000 Santa Maria Da Boa Vista – PE. Telefone (87) 99952-881. URL da Homepage: <https://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/campus/santa-maria-da-boa-vista>. Email: talita.massena@gmail.com.

Josaias Santana dos Santos, Mestre em Ciências Contábeis. Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina-FACAPE. Curso de Graduação em Ciências Contábeis e Coordenador da Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria aplicada ao Setor Público. Endereço: Campus Universitário, s/n - Vila Eduardo, Petrolina - PE, 56328-000 Telefone: (87) 3866-3200. URL da Homepage: <http://www.facape.br>. Email: josaias.santana@facape.br.

Juliana Reis Bernardes, Mestra em Administração. Professora e Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ensino Superior de Florianópolis – FAESF. Endereço: R. Olemar Alves de Sousa, 401 - Rede Nova, Florianópolis - PI, 64809-170 Telefone: (89) 3521-6512. URL da Homepage: <http://www.faesfpi.com.br/site>. Email: jureis3d@gmail.com.

Wellington Dantas de Sousa, Mestre em Ciências Contábeis. Professor Efetivo (DE) no Instituto Federal Baiano - IFBAIANO, Campus Senhor do Bonfim, na área de Administração. Endereço: Estrada da Igara, s/n - Zona Rural, Sr. do Bonfim - BA, 48970-000 Telefone: (74) 3542-4000. URL da Homepage: <http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/bonfim>. Email: wellington.sousa@ifbaiano.edu.br.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo avaliar o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), enquanto política pública, com perfil sócio-educativo, focada na assistência de uma parcela da população que precisa ser tratada com diferencial que atenda às peculiaridades de sua situação social e educativa: os jovens e adultos com alteração na linha faixa etária-série escolar. A pesquisa é do tipo descritiva e de natureza qualitativa e, quanto aos procedimentos, é bibliográfica e documental. A pesquisa limitou-se a analisar a realidade dos cursos da modalidade PROEJA no IF Sertão PE. Como resultado positivo do PROEJA, verificou-se que

¹ Artigo submetido em 26/06/2018, revisado em 08/10/2018, aceito em 06/12/2018 e divulgado em 20/12/2018 pelo Editor João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento, após *double blind review*.

a preocupação com a reintegração do sujeito ao ambiente escolar, para instrumentalizá-lo a ter capacidades e habilidades de atuar mais eficientemente na sociedade, buscando pensar uma política pública que contemple essa necessidade peculiar; e como ponto negativo, destaca-se o índice de trinta por cento de evasão/retenção, que implica em perdas de natureza econômica e social. Todavia observou-se que a instituição vem desenvolvendo medidas no sentido de reduzir esse percentual. A pesquisa pode contribuir para as discussões e reflexões sobre o aperfeiçoamento de práticas e resultados dessas políticas públicas que aliam a educação básica ao ensino técnico para esse público tão carente de um olhar especializado.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Educação de Jovens e Adultos. Efetividade na Administração Pública.

ABSTRACT

The objective of this study was to evaluate the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Mode (PROEJA), as a public policy, with a socio-educational profile, focused on assisting a portion of the population that needs to be treated with a differential that attends to the peculiarities of their social and educational situation: young people and adults with changes in the age-school-age range. The research is descriptive and of a qualitative nature and, as far as procedures are concerned, it is bibliographical and documentary. The research was limited to analyze the reality of the courses of the PROEJA modality in the IF Sertão PE. As a positive result of PROEJA, it was verified that the concern with the reintegration of the subject to the school environment, to instrumentalize him to have the capacities and abilities to act more efficiently in the society, seeking to think a public policy that contemplates this peculiar necessity; and as a negative point, the thirty percent rate of evasion / retention, which implies losses of an economic and social nature, stands out. However, it has been observed that the institution has been developing measures to reduce this percentage. The research can contribute to the discussions and reflections on the improvement of practices and results of these public policies that combine basic education with technical education for this audience, lacking a specialized perspective.

Keywords: Public Policies. Youth and Adult Education. Effectiveness in Public Administration.

RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo evaluar el Programa Nacional de Integración de la Educación Profesional con la Educación Básica en la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos (PROEJA), en cuanto política pública, con perfil socioeducativo, enfocada en la asistencia de una parcela de la población que, debe ser tratada con diferencial que atienda a las peculiaridades de su situación social y educativa: los jóvenes y adultos con alteración en la línea franja etario-serie escolar. La investigación es del tipo descriptivo y de naturaleza cualitativa y, en cuanto a los procedimientos, es bibliográfica y documental. La investigación se limitó a analizar la realidad de los cursos de la modalidad PROEJA en el IF Sertão PE. Como resultado positivo del PROEJA, se verificó que la preocupación por la reintegración del sujeto al ambiente escolar, para instrumentalizarlo a tener capacidades y habilidades de actuar más eficientemente en la sociedad, buscando pensar una política pública que contemple esa necesidad peculiar; y como punto negativo, se destaca el índice de treinta por ciento de evasión / retención, que implica pérdidas de naturaleza económica y social. Sin embargo, se observó que la institución viene desarrollando medidas para reducir ese porcentaje. La investigación

puede contribuir a las discusiones y reflexiones sobre el perfeccionamiento de prácticas y resultados de esas políticas públicas que alían la educación básica a la enseñanza técnica para ese público tan carente de una mirada especializada.

Palabras claves: *Políticas Públicas. Educación de Jóvenes y Adultos. Eficacia en la Administración Pública.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata das políticas públicas com perfil socioeducativo, voltadas à assistência de uma parcela da população que precisa ser tratada com diferencial que atenda às peculiaridades de sua situação social e educativa: os jovens e adultos com alteração na linha faixa etária-série escolar. Mais especificamente, busca-se analisar a realidade dos cursos na modalidade PROEJA do IF Sertão PE *Campus* Floresta, definido em razão da acessibilidade e do período de 2010, ano de implantação do programa no campus até o ano de 2016. Com essa análise, pretende-se verificar os pontos positivos e os negativos, os anseios do público que procura por essa modalidade de ensino, os percalços na trajetória, além das políticas públicas inseridas dentro desse macro (educação de jovens e adultos) e suas consequências no cenário.

Assim, diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo expandir as relações conceituais sobre as temáticas Políticas Públicas, que constituem os tópicos desse artigo: Uma análise histórica conceitual na sua inferência social; O Estado brasileiro e a Administração Pública; As funções do estado: do Social à Educação, Eficiência e Efetividade na Administração Pública; A Educação Básica Profissional: política pública para alunos com distorção idade-série; e Assistência Estudantil: Política Pública e ação legal. Exibindo o olhar sistemático dos principais autores e correlacionando os subtemas no contexto educacional como demandante das políticas públicas de forma geral interna e singularmente para a modalidade de ensino dos jovens e adultos e de maneira particular, essa pesquisa analisou os cursos de PROEJA no Instituto Federal do Sertão Pernambucano, *Campus* Floresta, fazendo um acompanhamento sistemático e inferencial das ações institucionais de acompanhamento e monitoramento.

No âmbito estrutural essa pesquisa contempla no seu corpo teórico uma análise conceitual dos subtemas já citados, passando por uma evolução histórica e conceitual de cada tema. Um estudo descritivo subsidiado por informações oficiais e de domínio público, emergiu da importância de entendimento do cenário atual educacional no tocante a educação de jovens e adultos, com intuito de entender os quantitativos desses alunos e as particularidades. Nesse ponto específico, buscou-se conhecer, conceitualmente, a realidade contextual que ratifica o planejamento, monitoramento e execução das políticas públicas educacionais. Também de forma estrutural, esse estudo exhibe os procedimentos teórico-metodológicos de execução e planejamento investigativo, caracterizando o tipo de estudo e métodos e técnicas de pesquisa utilizadas.

De forma geral essa pesquisa buscou correlacionar às relações teóricas no contexto das políticas públicas educacionais com um olhar especial na educação de jovens e adultos e assim contribuir para as discussões e reflexões sobre o aperfeiçoamento sobre as práticas e resultados dessas políticas públicas que aliam a educação básica ao ensino técnico para esse público tão carente de um olhar especializado. Para tanto, trata-se de pesquisa descritiva com análise qualitativa e usou dados coletado a partir da base de dados do INEP e do próprio IF-Sertão-PE.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA CONCEITUAL NA SUA INFERÊNCIA SOCIAL

Várias áreas de conhecimento – a Filosofia, a Ciência Política, a Sociologia, a Jurídica, a Antropologia e a Psicologia – debruçaram-se sobre o campo das realidades estatais por muitos anos, para analisá-lo e compreender suas práticas. Segundo Souza (2006), mesmo sendo linhas de enfoque tão diferentes entre si e, às vezes, divergentes em seu olhar e tratamento, esses embasamentos teóricos coexistiram como práticas, na tentativa de melhor compreender o espaço social, as realidades estatais que endossavam e acolhiam as políticas públicas.

Segundo Saravia (2006), a administração pública como disciplina, foi-se consolidando ao longo dos tempos, e já bem no início, nos Estados Unidos, por volta de 1880, a preocupação era a de criar uma classe administrativa apartidária, selecionada na base do mérito, como alternativa de neutralização do nepotismo e do favoritismo.

Com o passar do tempo, algumas mudanças de postura e de visão para com o administrador público foram se tornando mais concretas, passando este de mero executor de políticas, a formulador e gerenciador dessas políticas públicas. Não houve mudança apenas no modo de pensar o administrador público, mas todo o contexto que se reflete em sua atuação (SARAVIA, 2006).

Toda a transformação nos cenários social e econômico – os carros-chefes das mudanças significativas em qualquer sociedade – provocaram mudanças e o surgimento de novas técnicas de administração com a adoção de formas mais flexíveis, sempre levando em consideração as variáveis externas à organização, não controláveis pelos gerentes. Foi então que surgiram as técnicas de planejamento estratégico, contemplando toda a conjuntura na tentativa de se prever o cenário socioeconômico com todas as possíveis variáveis que exigiam sempre respostas imediatas. Saravia (2006) infere a ideia de que é, pois, esse tipo de planejamento – o estratégico – o que melhor atua em tais circunstâncias, uma vez que é capaz de resposta e reação imediata frente às oportunidades e aos desafios que surgem no contexto estatal.

Com a evolução do pensamento sócio-político-filosófico na linha de ação do planejamento estratégico como embasamento da política pública mais acertada para o momento de intensa participação democrática da massa e toda a transformação do contexto que ora se apresentava, reforçar-se a consciência da importância de se observarem as normas jurídicas e os direitos dos outros como fundamento básico da convivência social. Torna-se assim, a maneira mais eficiente de responder às demandas. Nessa perspectiva, Saravia (2006) define *políticas públicas* como um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade.

2.2 O ESTADO BRASILEIRO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os teóricos em políticas públicas há muito tempo, já vêm corroborando suas preocupações com a necessidade um planejamento governamental de forma que a política atenda à melhora nos resultados a serem alcançados e avaliem o que foi planejado, com o objetivo de diminuir os impactos negativos inesperados de longas décadas de experiências com projetos fracassados, que no papel eram aspiração da população. O estudo das políticas públicas é antigo e, enquanto ciência surgiu nos Estados Unidos em meados do século XX, emergindo de modo diverso ao que ocorria na Europa, que apresentava como objeto de estudo concentrada análise do Estado e de suas instituições, enquanto no país americano as atenções eram fixadas no governo e em suas ações (SANTOS, 2007).

Para Nonato (2015, p. 23), “a expressão pública conhecida como *policy*, orientada a dirimir as mais diversas questões da sociedade, foi construída historicamente a partir de diversos atores e nações, baseadas em relações econômicas, políticas e sociais. Sua expressão foi desenvolvida em diversos campos do conhecimento, sendo fortalecidas principalmente pelos campos da ciência política e da sociologia”.

No mesmo entendimento, Fortini (2008, p. 110) entende que políticas públicas “são as diretrizes, estratégias, prioridades e ações que constituem as metas perseguidas pelos órgãos públicos, em resposta às demandas políticas, sociais e econômicas para atender aos anseios oriundos das coletividades”.

Ainda conceituando políticas públicas, Teixeira (2002) afirma que elas possuem diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público e estabelecem regras e procedimentos para as relações entre poder público e a sociedade, ou seja: mediações entre atores da sociedade e do Estado. O autor descreve que fazem parte dessas políticas as leis, programas e linhas de financiamentos que envolvem aplicação dos recursos públicos, todavia nem sempre há compatibilidade entre o que a norma estabelece e sua aplicação na prática.

Teixeira (2002) salienta ainda que a expressão política pública é multidimensional e holística, sendo que sua leitura abrange e exige diversas perspectivas, orientações, atores e condições (a assertividade também exige, tanto mais, pormenores qualitativos). Segundo o autor, nas últimas décadas houve uma permuta do papel do Estado para com a sociedade no mundo e, se em outrora pensávamos que o Estado deveria prover tão somente segurança pública externa, o passar do tempo e a conquista de direitos, para este estudo, especialmente, os direitos sociais, o autor expõe que hoje o Estado é o principal fomentador de condições apropriadas para a vida moderna, com variáveis constantes e determinadas pela própria população.

Contudo, a gestão das políticas públicas empregada não tem alcançado plena efetividade. A insuficiência de monitoramento e avaliação aliada à desarticulação no processo de gestão são fatores que contribuem para distanciar a concepção da política do modelo/padrão de execução da gestão. Assim, a educação é concebida de forma aligeirada com a fragmentação entre o pensar e o agir, subordinando a escola à cultura do mercado que limita a formação do cidadão com foco no mercado de trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006).

Não obstante, as políticas públicas devem ser aperfeiçoadas, melhor gerenciadas e fiscalizadas, com o fito único e exclusivamente do bem-estar da população a fim de que alcancem os objetivos propostos.

2.3 AS FUNÇÕES DO ESTADO: DO SOCIAL À EDUCAÇÃO

As políticas instituídas pela União, em qualquer âmbito social da vida comum, não ocorrem à mercê da deliberação da sociedade, como afirmam as ideias de Saravia (2006). Pelo contrário, elas são fruto da luta e dos acordos resultantes das forças políticas em presença em cada conjuntura. Portanto, a construção de uma política pública envolve sempre uma leitura da realidade, expressa no modo de compreensão das causas dos problemas a serem solucionados e nas propostas para a sua superação.

Porém, ainda de acordo com Saravia (2006), não é incomum o fato de que, historicamente, as municipalidades terem tido pouco poder de barganha em face das deliberações que são tomadas em nível do poder central, ou mesmo nas concertações nacionais. Pode exemplificar essa situação a própria legislação brasileira, tal como a Constituição Federal, promulgada em 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei 8069 de 13 de julho de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, afirmam e reafirmam a obrigatoriedade do compartilhamento entre os entes federados da responsabilidade para com a educação, sendo testemunhas da sua obrigatoriedade como um direito de todos. Assim, não se pode negar que a Educação, entendida como modelagem do ser social e necessidade para a

atuação profícua nos âmbitos diversos da sociedade – profissional, acadêmico, nas interações interpessoais e nas leituras dos processos que se dão ao seu redor-, é também um fato social e, por isso, as políticas públicas destinadas à Educação são, naturalmente, voltadas ao social.

A Constituição Federal (CF), em seu artigo 211, determina que a educação deve ser uma tarefa compartilhada entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios (regime de colaboração) e o artigo 205 dispõe sobre a finalidade da educação, da qual destaca-se o exercício da cidadania. O artigo 4º do ECA, seguindo a Constituição, reafirma a educação como um direito e como um dever da família e do Estado. Igualmente retomando a Constituição, a LDB, no seu artigo 6º, trata dos princípios da educação nos incisos de I ao XI: igualdade de acesso e permanência, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, respeito, tolerância, gestão democrática, pesquisa e divulgação da cultura, da arte e do saber, entre outros.

O que se mostra crucial é que ao tempo que se reconhece legalmente a educação enquanto direito, ao mesmo tempo, nota-se um baixo envolvimento dos atores sociais da cidade, no sentido de fazer valer o texto legal. Freire (1979) destaca a imprescindibilidade de participação nas decisões políticas para que seja possível, de fato, acontecer uma educação libertadora.

2.4 EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Inicialmente é tratado o princípio da eficiência na administração pública, que foi inserido pelo artigo 37 da magna carta e 1988, junto com os demais princípios da administração pública, legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Futuramente especificado pela emenda composicional 19/1998 que modificou o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

Di Pietro (2005) analisa que o princípio constitucional em questão é dirigido a toda Administração Pública, possuindo duas interpretações. A primeira está intrinsecamente ligada ao modo de atuação do agente público. Já a segunda interpretação, está relacionada diretamente com a maneira estrutural, organizacional e disciplinar da Administração Pública, também com a finalidade de alcançar os melhores resultados na gestão pública, para que o bem comum seja alcançado da forma mais adequada.

Ainda segundo Di Pietro (2005), com base nas disposições legais e nas interpretações dada pelo autor anteriormente, pode-se inferir que o princípio da eficiência na Administração Pública permeia de forma muito ampla, passando por tomada de decisão da gestão, planejamento estratégico, execução de serviços, compras. De forma geral, a eficiência na administração pública interfere de forma direta os serviços prestados pelas instituições públicas para a sociedade.

De acordo com suas análises, apesar de não ser de forma direta um princípio constitucional a Efetividade na Administração Pública, essa ação se apresenta de forma intrínseca com as ações públicas, fazendo um *link* com as ações do estado e as demandas sociais. Para Castro (2006), “a efetividade, na área pública, afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefício à população”. Já Torres (2004) relata que o uso da Efetividade na Administração Pública, trata-se de uma ação complexa devido a inter-relação com as instituições públicas e o cunho social exigido pelas políticas públicas.

Segundo Morais (2007), o Estado tem como principais desafios no século XXI administrar com eficiência, ser transparente em suas decisões, conseguir satisfazer à necessidade da sociedade e ser legítimo em suas funções. Ainda segundo o autor, o Estado hoje é o fornecedor de bem-estar e da convivência em coletividade para a população. Entretanto, ainda de acordo com o autor, a expansão da democracia, o crescimento acelerado das

economias, a internacionalização das fronteiras, o acirrado cenário de competitividade, o crescimento populacional e, no Brasil, em especial, o histórico desestruturado e ineficiente do funcionamento da máquina pública, brotam a necessidade de monitoramentos e avaliações dessas políticas institucionais, que de fato é imperiosa e, cumpre-se entender, para a própria efetividade da política pública, além da indignação da homologação da mesma pela sociedade civil, mesmo que a ineficiência, a burocracia e, mormente, para, a forma de custeio dessas políticas.

Pierson (2007) destaca que o Estado tem um papel político significativo e é com base nesse modelo que se firma a legitimidade das democracias ocidentais, sendo que o Estado só é efetivo se garantir os direitos estabelecidos nas Constituições. Já Rodvalho (2012) destaca que a redução do Estado na década de 70 não foi apenas uma diminuição da máquina, mas, sobretudo a redefinição de modelo de democracia e expõe que o conceito de democracia firmou-se após a segunda guerra mundial devido à intervenção do Estado na economia no *Welfarestat*.

2.5 A EDUCAÇÃO BÁSICA PROFISSIONAL: POLÍTICA PÚBLICA PARA ALUNOS COM DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Segundo estudos de Paiva (2005), que visam à compreensão das demandas educacionais do país e a conseqüente formulação de políticas educacionais voltadas ao atendimento dessas demandas, não se observa um histórico muito acertado no tocante à valorização das perspectivas e anseios dos jovens e adultos que se empenham em voltar para a escola depois de um tempo fora dela. Quer seja no currículo descontextualizado com sua vivência, quer seja na carga horária incompatível com sua vida social, ou no próprio programa não apreciador de sua história de vida, o fato é que os programas advindos de políticas públicas destinadas à educação de jovens e adultos nunca foram mostraram o sucesso esperado. O problema do analfabetismo entre esse público sempre foi visto e tratado como “pano de fundo” para discursos políticos rentáveis e desconectados de compromissos reais. E a atenção dada a esse público foi sempre marcada pela “descontinuidade de tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988” (BRASIL, 2003).

No contexto educacional, a legislação que, pela primeira vez, faz referência à EJA é a Lei 5692/71, em capítulo próprio sobre o Ensino Supletivo. Esta modalidade de ensino foi regulamentada tendo as seguintes funções básicas: a suplência, o suprimento, a aprendizagem e a qualificação, mediante a oferta de cursos e exames supletivos (SOARES, 2001).

As políticas educacionais mais expressivas relacionadas à EJA têm seu início com a Constituição Federal de 1988, pois é ela que garante, no Título dos Direitos Individuais e Coletivos, o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros, visto que o artigo 208 diz que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), na ênfase de se prosseguir com o projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Lei 9649/08), percebendo-se a importância de uma rede vinculada às matrizes produtivas locais e regionais, planejou-se articular a educação profissional à formação propedêutica, e surge uma política pública denominada PROEJA, na qual a busca pela resolução da distorção idade-série se alia à inserção de jovens e adultos no contexto sócio-econômico através de sua formação integral.

Assim, a partir do Decreto 5.478 de 24 de junho de 2005, a SETEC, instituiu o ‘Documento Base do programa PROEJA’, este encabeçado pela Rede Federal de Educação,

com especialidade pelos Institutos Federais, para ofertar o Ensino Médio integrado ao Técnico Profissionalizante para jovens e adultos com problemas de distorção idade-série.

De acordo com os estudos executados pelo grupo de trabalho da SETEC, o qual elaborou o Documento Base (2005) da SETEC/MEC, interpreta-se que o que motivou e norteou a construção dessa política pública foi a consciência de que é necessário garantir acesso à alfabetização, ao Ensino Fundamental e à educação profissional a 62 milhões de jovens e adultos (IBGE, PNAD 2003) que não tiveram condições de completar a educação básica nos tempos da infância e adolescência que deveriam anteceder, na lógica própria da cultura moderna, o tempo do trabalho. De acordo com o texto do próprio Documento Base (2005), para o público específico do PROEJA – jovens e adultos que já atuam na vida sócio-econômica de suas famílias, mas que ainda buscam pela formação básica – há que se pensar e oferecer um curso com características próprias e diferenciadas, que desenvolva habilidades e competências de forma integral, voltadas para o mundo do trabalho, mas sem deixar de lado as formações acadêmica, emocional, artística, cidadã, conforme a norma regulamentar do Programa.

2.6 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: POLÍTICA PÚBLICA E AÇÃO LEGAL

As políticas públicas voltadas para assegurar a permanência dos alunos na formação escolar, vêm de maneira que fomenta a assistência estudantil, tendo, como lastro legal, o Decreto Federal de nº. 7.234/2010 que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal, demandando, no entanto, ser complementado por portarias nas instituições que visam utilizar essas políticas. O referido decreto consiste na concessão de Auxílios financeiros, prioritariamente, aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de contribuir para o melhor desempenho acadêmico, e prevenir as situações de evasão e retenção escolar.

Consta ainda no decreto 7.234 de 2010 que a política de assistência estudantil tem por objetivos: 1) ampliar as condições de permanência no exercício das atividades acadêmicas, 2) prevenir as situações de retenção e evasão decorrentes de vulnerabilidade socioeconômica, 3) combater os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais que prejudiquem o processo ensino/ aprendizagem, 4) promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico. Analisando os objetivos dessa política pública emerge um princípio constitucional de tratar os iguais de maneira igual e os desiguais de maneira desigual na medida de sua desigualdade (BRASIL, 2010).

A CF (1988), no seu artigo 206º § 1º, trata os princípios nos quais o ensino deve ser ministrado, de maneira a fomentando igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Esse tipo de ação legal no âmbito institucional é de fundamental importância para as áreas mais carentes pois em vários casos nas regiões de maior vulnerabilidade o tripé acesso, permanência e desempenho estudantil, estão condicionados a tal auxílio devido à situação econômica das famílias desses indivíduos.

Dentro da prerrogativa proposta nesse estudo sobre a educação de jovens e adultos, é importante salutar que a maioria dos estudantes dessa modalidade estão fora de faixa escolar normal, provocando, nos mesmos, baixa possibilidade de acesso à educação de qualidade, incitando, assim, a existência de políticas públicas educacionais afirmativas para esse grupo. Como o artigo 205º da CF (1988) enseja que a educação é direito de todos e dever do estado, as instituições de educação básica devem se adequar, segundo inferências decorrentes do texto do artigo, para oferecer a modalidade PROEJA, a fim de não infringir um princípio constitucional, promovendo assim a universalização do ensino e desenvolvimento social educacional.

Nos Institutos Federais (IFs), observam-se tais princípios constitucionais já tratados anteriormente e a promoção da educação de jovens e adultos como dever legal e moral do estado. A Lei nº 11.892 de dezembro de 2008 que cria os IFs, mais precisamente no artigo 7º § 1º, que estabelece a missão de ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, dá uma outra perspectiva à formação de nível médio aos sujeitos com distorção idade-série, intentando proporcionar-lhes capacitação e motivação para sonharem com ações próprias, mais efetivas na sociedade, sendo o Instituto o mediador entre teoria e prática, entre apresentação e preparo, entre estudante e profissional.

Mas como toda política pública, a assistência estudantil deve obedecer a princípios legais e estabelecer monitoramento e avaliação somativa que, para Boullosa e Araújo (2009), deve ser realizada quando o programa está sendo implementado há algum tempo ou após a sua implantação para verificar, assim, sua efetividade. Todas essas ações devem partir da política pública, deve ser instituída de maneira periódica, visando observar gargalos, bem como analisar e descrever se as ações instituídas e desenvolvidas estão atingindo realmente a lógica de resolução de um problema da sociedade que deve estar presente em toda política pública.

3 METODOLOGIA DO ESTUDO

Essa pesquisa, quanto a sua abordagem, é predominantemente Qualitativa; quanto aos objetivos, é Descritiva; e quanto aos procedimentos, é Bibliográfica e Documental. Os procedimentos se deram a partir de estudo da literatura sobre o tema, estudo da legislação pertinente e com análise de documentos como aporte para a compilação de dados.

A pesquisa ocorreu no âmbito do IF Sertão PE, instituição de nível médio, técnico e superior situada no semiárido pernambucano. Através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o CEFET Petrolina se transformou em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF SERTÃO – PE), dando sequência depois à expansão da Educação Tecnológica com o surgimento de outros campi: o Campus Zona Rural, Floresta, Ouricuri, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada.

Segundo dados do IF Sertão (2018) O campus Floresta do IF Sertão-PE foi implantado em 2009 e conta com nove cursos, nas modalidades Médio Integrado (Agropecuária, Informática), Subsequentes (Agropecuária e Informática), Subsequentes EAD (Manutenção e Suporte em Informática), Proeja (Agroindústria), Superior (Gestão de Tecnologia da Informação e Licenciatura em Química) e Pós-Graduação (Educação Básica na Modalidade Proeja), beneficiando, além de Floresta, outros seis municípios da microrregião de Itaparica no Sertão Pernambucano: Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Itacuruba, Jatobá, Tacaratu e Petrolândia.

O período do estudo refere-se a 2010, ano em que o programa teve as suas atividades iniciadas no campo, até 2016, último ano concluído até a realização do presente estudo.

O acesso aos cursos técnicos é realizado através de processo seletivo anual para todos os *campi* do **IF Sertão-PE**. Na modalidade Médio Integrado, são oferecidos os cursos de Agropecuária, Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química. Na modalidade Subsequente, há os cursos de Agricultura, Agroindústria, Agropecuária, Edificações, Eletrotécnica, Informática, Logística, Refrigeração e Climatização e Zootecnia. No Proeja, são ofertados os cursos de Agroindústria, Edificações, Eletrotécnica e Informática. Nos cursos superiores do **IF Sertão-PE**, o ingresso é feito principalmente a partir do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação (MEC), com base na nota obtida pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Além do Bacharelado em Agronomia, são ofertados os cursos de Licenciatura em Computação, Física, Música e Química e os de Tecnologia em

Alimentos, Viticultura e Enologia e Gestão de Tecnologia da Informação. Por exigir habilidade específica (comprovada por exame de certificação musical), o curso de Licenciatura em Música é o único que possui um processo seletivo específico e não faz parte do Sisu.

Foram analisados documentos técnicos de estudo de caso de cada *campus* do IF Sertão – PE, como o Relatório Gestor (documento anual) e os “Estudos de Perfil e Análise dos Cursos”, elaborados por comissões docentes em cada *campus* do IF Sertão PE, que compilam dados sobre o desenvolvimento, características e especificidades de todas as modalidades de cursos oferecidos pela instituição de ensino (Educação Básica e Superior), mas se atentando especialmente ao PROEJA, além de documentos do Ministério da Educação (a LDB, relatórios do PNAD, o Documento Base do PROEJA, emitido pela SETEC), a própria Constituição Federal de 1988, documentos de Regimento Interno do IF Sertão-PE e de Organização Didática do PROEJA.

Também fora consultados artigos e estudos a respeito do assunto que serviram de ponto de estudo e análise da problemática discutida por esse artigo, que traz um esboço de como está a execução da política pública elaborada para resgatar e inserir jovens e adultos ao mundo social contemporâneo, tendo como premissa a educação integral e profissionalizante. Dados como entradas, evasão, aprovações, e políticas públicas inseridas no contexto macro para auxiliar a permanência e o êxito do estudante do Ensino Básico no IF Sertão PE foram analisados e apreciados nesse artigo, conforme apresentado e discutido no próximo tópico.

4 ANÁLISE DOS DADOS

De forma ampla, o cenário educacional ideal seria que todos os alunos pudessem concluir o Ensino Fundamental aos 14/15 anos e o Ensino Médio aos 17/18 anos frequentando uma escola regular e de preferência no turno diurno. Porém, por motivos diversos, sobretudo devido as distorções sociais do nosso país, as crianças e jovens enfrentam dificuldades na sua trajetória escolar e acabam evadindo.

Na prerrogativa de reinserir esses alunos na escola para concluir seus estudos, mesmo após alguns anos da sua evasão, torna-se irrefutável a importância de políticas públicas de ações afirmativas no âmbito educacional, embasando e fortalecendo cada vez mais programas e projetos educacionais sensíveis a essa temática. Assim, foi pensada a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, mais tarde, a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissionalizante (PROEJA), área de atuação dos Institutos Federais.

O desafio é, então, lapidar essa modalidade para atender às expectativas do aluno – que tem distorção idade-série, para integrá-lo ao meio acadêmico e ao meio social simultaneamente, levando-se em consideração suas peculiaridades pessoais (trabalho, responsabilidades familiares, maturidade, necessidade de finalizar o curso em menor prazo, desmotivação), para que se possa formatar em um curso que lhe chame a atenção e desperte seu interesse, ao mesmo tempo em que o prepare para o mundo social e o mercado de trabalho.

4.1 ANÁLISE DOS QUANTITATIVOS DO CENSO 2016 NA MODALIDADE EJA

Após toda a análise teórica sobre a modalidade de ensino EJA e inferências tratadas sobre políticas públicas que subsidiam o ingresso e permanência dos alunos, de forma vertical com ações *endo* ou *exo* institucional, esse estudo traz à luz dados estatísticos desenvolvidos por ações do governo federal, para avaliar e mapear os desdobramentos oriundos das políticas públicas. Tais ações vêm ratificar o entendimento de Frey (2000, p.22) que narra “como a avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública”.

No âmbito quantitativo, esse trabalho buscou analisar os dados produzidos pelo censo escolar de 2016, no tocante à temática fundamental desse estudo. Segundo esses dados, o número de escolas que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos teve uma redução de 26,8% nos últimos oito anos, e mostraram que há 3,4 milhões de alunos frequentando a educação de jovens e adultos em todo o país. Na Tabela 1, evidencia-se o panorama das matrículas na Educação de Jovens e Adultos:

Tabela 1: Número de matrícula de EJA por etapa de ensino - Brasil - 2008 – 2016

	Anos iniciais	Anos finais	Médio	Educação Profissional
2008	2.164.187	1.635.245	1.127.077	18.915
2009	2.055.286	1.547.275	1.035.610	23.161
2010	1.922.907	1.388.852	923.197	52.278
2011	1.722.697	1.322.422	935.084	65.966
2012	1.618.587	1.309.871	870.181	108.238
2013	1.551.438	1.283.609	832.754	104.869
2014	1.451.627	1.265.911	774.352	101.018
2015	1.367.823	1.269.984	688.185	105.837
2016	1.356.141	1.341.841	628.393	95.752

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>

A partir da série histórica evidenciada na Tabela 1, é possível perceber a importante diminuição das matrículas nos anos iniciais, bem como um crescente aumento nas matrículas na educação profissional, este certamente correlacionado à expansão dos Institutos Federais e programas como PRONATEC.

Ainda analisando a Tabela 1, é possível constatar que após longo período de queda, as matrículas de anos finais de Ensino Fundamental da EJA apresentam tendência de estabilização, mesmo com uma pequena queda em 2016. A oferta de EJA de Ensino Médio, entretanto, teve aumento de 5,7% em 2016. Já a EJA relacionada à educação profissional passou de 106 mil matrículas em 2015 para 96 mil em 2016.

Continuando na análise de matrículas na educação de jovens e adultos, por regiões geográficas (ver Tabela 2), nas modalidades Fundamental e Médio, constata-se a importância da formação na modalidade EJA, principalmente na formação inicial e na educação profissional no médio, visto que, no Nordeste, os alunos do Ensino Médio integrado profissional contabilizam 69,2% do total geral dos alunos matriculados.

Tabela 2: Matrículas por regiões da Educação de Jovens e Adultos

Região Geográfica	Educação de Jovens e Adultos				
	Total	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
		Total	Integrada à Educação Profissional	Total	Integrada à Educação Profissional
Brasil	3.422.127	2.045.790	61.256	1.376.337	34.496
Norte	414.379	273.328	6.996	141.051	3.328
Nordeste	1.325.678	951.099	44.463	374.579	23.883
Sudeste	1.097.925	517.223	5.446	580.702	2.839
Sul	357.081	188.743	1.951	168.338	1.701
Centro-Oeste	227.064	115.397	2.400	111.667	2.745

Fonte: MEC/Inep; Nota: 1) pode ser concomitante ao Ensino Fundamental ou médio na modalidade EJA ou ao Ensino Médio regular.

A partir dos contingentes apresentados na Tabela 2, foi objeto de estudo da pesquisa do senso escolar o mapeamento das idades dos alunos que estão matriculados na modalidade de ensino de jovens e adultos.

Contudo, a construção de dados da Tabela 2 evidenciam que há uma parcela expressiva de alunos jovens na EJA, sugerindo que essa modalidade de ensino está recebendo alunos provenientes do ensino regular, provavelmente àqueles alunos com histórico de retenção e que buscam meios para a conclusão menos demorada dos ensinos fundamental e médio.

Dentro do mesmo arcabouço pesquisado, nasce uma subtemática importante que influencia diretamente no planejamento das políticas públicas educacionais para o EJA, que diz respeito à idade dos alunos que estão matriculados na modalidade em questão. Essa informação é reportada na Tabela 3:

Tabela 3: Estatísticas de idade nos anos iniciais do Ensino Fundamental na modalidade EJA Brasil 2016

	1° Quartil	Mediana	2° Quartil
Urbana	26	40	52
Rural	31	41	53
Diurno	22	34	48
Noturno	29	40	52
Pública	28	40	52
Privada	28	40	51

Fonte: MEC/Inep

A Tabela 3 evidencia que os alunos da zona rural matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental na modalidade EJA Brasil 2016 têm idade significativamente mais elevada do que os da zona urbana, nessa mesma modalidade; e que os cursos noturnos também apresentam essa lógica.

Esse fenômeno muito provavelmente está relacionado diretamente com a necessidade de trabalhar, tornando, assim, mais desafiador, para o governo e instituições, o planejamento da permanência e aprendizagem desse aluno com essa característica. Nessa perspectiva, reporta-se, na Tabela 4, estatísticas de idade nos anos finais do ensino fundamental Ensino Fundamental na modalidade EJA Brasil 2016:

Tabela 4: Estatísticas de idade nos anos finais do Ensino Fundamental na modalidade EJA Brasil 2016

	1° Quartil	Mediana	2° Quartil
Urbana	17	19	29
Rural	17	22	35
Diurno	16	17	23
Noturno	17	19	31
Pública	17	19	30
Privada	18	26	38

Fonte: MEC/Inep

As informações da tabela 4, que trata de idade nos anos finais do Ensino Fundamental na modalidade EJA Brasil 2016, evidenciam um cenário homogêneo em relação às idades dos alunos nas zonas rurais, urbanas e em relação aos turnos. Contudo, correlacionando as informações disponíveis nas Tabelas 3 e 4, pode-se inferir que uma parcela importante dos alunos que ingressam nessa modalidade nos anos iniciais não está presentes nos anos finais. Essa inferência foi feita comparando as medidas de tendência central nas duas tabelas, conforme reportado na Tabela 5:

Tabela 05: Estatísticas de idade no Ensino Médio na modalidade EJA Brasil 2016

	1° Quartil	Mediana	2° Quartil
Urbana	19	22	31
Rural	19	24	32
Diurno	19	22	30
Noturno	19	22	31
Pública	19	22	31
Privada	19	23	31

Fonte: MEC/Inep

Conforme apresentada na Tabela 5, nota-se a existência de homogeneidade nas idades; conseqüentemente o primeiro quartil exhibe que alunos de 19 anos estão buscando o Ensino Médio por meio dessa modalidade.

4.2 O IF SERTÃO PE E O PROEJA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão PE foi criado por meio da Lei no 11.892, de 29/12/2008, dotado de natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em sua prática pedagógica.

Assim, o IF procura colaborar na estruturação das políticas públicas para a região que polariza e estabelecer uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais, a partir de um observatório de políticas públicas, espaço fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho. Isto define como elemento identitário: a construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.

Baseada especialmente no Decreto 5.154/2004, a Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012 consolida o perfil do ensino técnico-profissionalizante do IF Sertão PE, que é ofertado nas formas articulada (integrada ou concomitante) e subsequente ao Ensino Médio; assim como caracteriza o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), programa voltado à formação de trabalhadores, visando, além da certificação técnica, à elevação da escolaridade.

A Tabela 6 demonstra a quantidade de alunos matriculados, por *campus* e por curso, na modalidade PROEJA do IF Sertão PE, no período que compreende os anos de 2008 a 2016. Os outros dois *campi* (Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada) não foram citados na Tabela 6 porque não possuem turmas na modalidade PROEJA, por estarem ainda em fase de implantação.

Tabela 6: Relação Alunos matriculados na modalidade PROEJA / Cursos dos Campi

Alunos Matriculados PROEJA - PRESENCIAL		
Curso	Campus	Quantidade de Matrícula
Técnico em Agroindústria	Floresta	96
Técnico em Edificações	Salgueiro	584
Técnico em Agroindústria	Ouricuri	130
Técnico em Edificações		331
Técnico em Edificações		1072
Técnico em Eletrotécnica	Petrolina	954
Técnico em Informática		458
Técnico em Agroindústria		Petrolina Zona Rural
Alunos Matriculados PROEJA - PRESENCIAL		
Curso	Campus	Quantidade de Matrícula
Técnico em Agroindústria	Floresta	96
Técnico em Edificações	Salgueiro	584
Técnico em Agroindústria	Ouricuri	130
Técnico em Edificações		331
Técnico em Edificações		1072
Técnico em Eletrotécnica	Petrolina	954
Técnico em Informática		458
Técnico em Agroindústria		Petrolina Zona Rural

Fonte: SISTEC/IF Sertão PE

De acordo com estudos realizados pela Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes, há um índice de aproximadamente 30% de retenção e evasão nessa modalidade, o que assusta e preocupa a todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

A partir daí surgem os questionamentos – naturais e importantes – sobre o que poderia ser feito para diminuir esses índices e levar o aluno a concluir o Ensino Médio técnico, além das preocupações pedagógicas inerentes à situação: como atrair o aluno; como adequar o tempo escolar ao tempo ‘social’ do discente; como ‘enxugar’ a carga horária para acelerar a finalização do curso (atualmente de 3 anos e meio a 4 anos) e a entrada desse aluno no mercado de trabalho.

Frutos dessas preocupações nascem às políticas públicas dentro do próprio instituto, enumeradas e comentadas a seguir, e que tentam responder a essas necessidades, melhorando o fazer pedagógico e garantindo a continuidade e finalização dessa etapa acadêmica do aluno.

4.2.1 Políticas públicas dentro do IF Sertão PE

Preocupado com o êxito e permanência do aluno, o IF Sertão-PE implantou o Programa Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes em todos os Campi para discussão sobre a evasão existente no IF Sertão-PE, detectando causas específicas gerando documentos para encaminhar soluções de superação, fazendo um diagnóstico das causas de evasão, além de sinalizar a implementação de ações administrativas e pedagógicas que ampliem as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes, promovendo processos seletivos complementares logo que for detectado 20% de vagas ociosas por curso. Na Tabela 7, reporta-se a relação candidatos inscritos e vagas ofertadas pela IF Sertão:

Tabela 7: Relação candidatos inscritos e vagas ofertadas pela IF Sertão

Descrição	2012		2013		2014		2015	
	Regulares	FIC	Regulares	FIC	Regulares	FIC	Regulares	FIC
Nº de Candidatos Inscritos	27.388	5.190	37.971	1.113	34.148	690	20.546	2.365
Oferta de Vagas	2.671	4.060	2.623	855	1.887	754	2.134	2.388
Indicador de Efetividade	10,25	1,28	14,48	1,3	18,1	0,91	9,63	0,99

Fonte: Departamento de controle acadêmico/Comissão permanente de processo seletivo – IF Sertão PE

Ao se analisarem os dados da Tabela 7, verifica-se que não houve insucesso neste indicador, mesmo assim, o Instituto mantém medidas para manter e aumentar esta relação (número de ingresso/alunos matriculados) como: melhorias estruturais; e a consolidação das ações da Política de Assistência Estudantil em cada Campus para que atenda aos estudantes de baixa renda com a oferta de auxílio moradia, alimentação e transporte, contribuindo assim para a manutenção da matrícula do discente.

Do mesmo modo, já se tem buscado estreitar continuamente os laços com as prefeituras das cidades as quais nossos estudantes são oriundos a fim de garantir o seu traslado para a Instituição. Como complemento, as equipes de ensino estão intensificando ações pedagógicas como: projetos de nivelamento, oficina de leitura, oficina de escrita, atendimento ao discente. A tabela 8 apresenta a relação de ingressos por alunos matriculados no Ensino Regular e FIC.

Tabela 8: Relação ingressos por alunos matriculados - Ensino Regular e FIC

Descrição	2012		2013		2014		2015	
	Regulares	FIC	Regulares	FIC	Regulares	FIC	Regulares	FIC
Nº de Ingressos	2.862	3.852	2.447	677	1.734	633	2.094	2.365
Alunos Matriculados	7.882	5.720	7.561	3.509	6.604	850	7.416	2.085
Indicador de Ingresso	36	67,34	32,36	19,29	26,26	74,47	28,23	93,43

Fonte: Departamento de Controle Acadêmico/SISTEC – IF Sertão PE

O indicador em referência mede a capacidade de alcançar êxito escolar e revela um aumento de 67,04% em relação a 2014-2015. Mesmo não havendo insucesso neste indicador, foram implementadas medidas para manter ou aumentar a realidade aqui traduzida, como o programa de acompanhamento de permanências e êxito dos discentes que visa elaborações de ações para diminuição da evasão, consolidação das ações da Política de Assistência Estudantil e o fortalecimento do Setor de Estágio.

O programa de Assistência Estudantil busca resolver, ao máximo, os problemas mais sentidos pelos alunos, que possam causar desconforto no processo ensino-aprendizagem, ou desmotivação, ou que possam culminar na evasão do aluno. São listadas como ações do Programa:

- a) Atender as demandas existentes quanto ao acesso ao programa de permanência do aluno com vulnerabilidade sócio-econômica;
- b) Criação de fóruns, seminários e encontros de assistência estudantil no âmbito do IF Sertão-PE;
- c) Fortalecer o departamento de apoio ao ensino e aprendizagem e as coordenações locais nos *Campi*;
- d) Elaborar e executar o planejamento sistêmico de acompanhamento de políticas de assistência estudantil no IF Sertão-PE.

- e) Conclusão do Processo de regulamentação do programa de assistência estudantil no IF Sertão. Elaborar e executar programa de: Literatura, Cinema, Teatro, Dança Artes Plásticas, Música e Esportes.
- f) Promover a realização de fóruns, encontros, reuniões ou outros espaços de discussão sobre a assistência estudantil do IF Sertão PE.

Os achados da pesquisa permitem refletir os resultados do programa, pois embora tenha havido êxitos, observa um alto grau de evasão, na ordem de 30%, o que implica em desperdício de recursos públicos e de oportunidades para a sociedade.

Além de buscar identificar os fatores determinantes da evasão do programa, as ações acima listadas, devem ser sistematicamente acompanhadas e de maneira crítica para que seus efeitos sejam medidos e as mesmas sejam ajustadas no processo de sua implantação, assim, minimizando as perdas provocadas pela evasão/retenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou fazer uma ampla discussão teórica sobre os perfis das políticas públicas, desde um olhar mais geral até as ações nacionais referentes à educação de jovens e adultos, voltando-se também à EJA profissionalizante. Foi trabalhada a evolução histórica e social, nas prerrogativas dos princípios constitucionais, nas disposições legais e nas instituições.

Também foi possível desenvolver estudo de maneira mais singular sobre o atendimento educacional dos jovens e adultos, no intuito de analisar a evolução histórica por meios estatísticos do acesso a essa modalidade de ensino e suas particularidades. De maneira conclusiva, foi constatado que a educação dos jovens e adultos, além de atender todos os dispositivos legais já tratados nesse estudo, contempla um cunho social de grande relevância, pois insere estudantes que fatalmente estariam mais vulneráveis às discrepâncias sociais nesse mecanismo fantástico intitulado processo educacional.

Percebe-se que o ideário de política pública como assistência social a esse estudante com distorção idade-série ainda carece de reformulações para que, tanto atenda aos anseios desse sujeito de concluir o Ensino Básico para estar melhor habilitado a disputar vaga no cenário sócio-econômico, quanto atenda às imposições internacionais de escolarização e de alfabetização no país.

O aluno de EJA ou de PROEJA, conforme referendam as pesquisas da literatura estudada para composição desse artigo, é mais peculiar que o aluno do ensino regular, carece de atenções e didáticas específicas, por suas características de idade, de carga de responsabilidade econômica, de diferenciação familiar (muitas vezes é o/a ‘chefe de família’) e, por isso, precisa de uma “escola” que leve em consideração essas peculiaridades para mantê-lo dentro dos muros escolares, preparando-o e instrumentalizando-o para o mundo fora dos muros da escola, buscando a formação holística do ser social.

Segundo as ideias defendidas no referencial teórico analisado – durante as exposições do Componente Curricular ou individualmente, como complementação do embasamento para a escrita desse artigo – torna-se imprescindível que o governo e a escola (enquanto instituição) planejem um ambiente escolar que atraia o aluno que trabalha durante todo o dia, que tem uma maturidade diferenciada (diferentemente do aluno com idade regular), ou que tenha algum bloqueio no processo de aprendizagem ou problema de autoestima por estar com distorção idade-série; e que essa preocupação esteja refletida no currículo e na carga horária escolar da modalidade voltada ao jovem e ao adulto, além das políticas públicas de assistência estudantil, sabendo-se que ele já abandonara a escola uma vez, ou que ele teve dificuldades de frequentar a escola no tempo ‘normal’ por questões sociais variadas.

Ao se analisar o perfil do alunado de PROEJA no IF Sertão PE, *Campus Floresta* (e que, levando-se em consideração o estudo documental feito, acaba sendo um perfil comum aos

alunos de PROEJA dos outros *campi* também), observou-se que o índice de entrada é superior ao índice de saída, sendo preocupante as altas taxas de evasão e retenção.

As causas e motivos que endossam tais números podem servir de objeto de um próximo estudo, embora de maneira indireta (pela análise documental constante no SISTEC e relatórios da Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes), tenham sido observadas algumas causas e motivações e sejam notórias as dificuldades – expostas pelos próprios alunos nas entrevistas constantes nos documentos observados – de conciliação de horários pessoais dos discentes dessa modalidade, além de um crescente sentimento de desmotivação, quer seja pela quantidade de tempo empregada para a conclusão do curso, quer seja pelas dificuldades próprias do processo de aprendizagem, ainda com tantas metodologias não direcionadas a esse público em especial, ou pela própria modelagem do curso (médio + técnico).

Mas é sobremaneira interessante um estudo mais aprofundado sobre essas causas e anseios, sobre percalços e modificações no sistema, além de se poder também verificar mudanças na vida social do aluno egresso dessa modalidade.

Como resultado da pesquisa feita, foi possível inferir que o desafio do ensino do jovem e do adulto com distorção idade-série é enorme, mas também indispensável para se executar a tarefa da Educação de maneira responsável e efetiva, contemplando todos os sujeitos de maneira isonômica, sem incorrer em mais evasões ou desilusões quanto à capacidade intelectual e/ou profissional do aluno, tanto por ele mesmo, quanto pela sociedade que o receberá.

Com esse estudo, percebeu-se que deve haver, por parte dos governantes, a preocupação com os problemas das minorias que estão em situação de vulnerabilidade social, e que são justamente esses problemas que fomentam e orientam o surgimento das políticas públicas, pensadas para melhorar a vida em sociedade.

Pôde-se observar como são importantes leis e execuções de políticas públicas destinadas à resolução de problemas educacionais que expõem e diminuem os sujeitos em seu meio social e econômico, sabendo-se que estas (as políticas públicas) buscam, por primícia, a diminuição das injustiças sociais e a melhoria da vida do cidadão.

A literatura sugere que apenas as políticas públicas voltadas ao tipo de aluno tratado nesse artigo – aquele incluído nas estatísticas da distorção idade-série, que já abandonou a escola em algum momento de sua vida ou que nem teve acesso garantido a ela – são suficientes, sozinhas, para avalizar resultados positivos completos.

Viu-se, através dos estudos bibliográficos e documentais, que depende de toda a conjuntura e de todos os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem para que se faça Educação de maneira plena, compreendendo-se o aluno que se tem naquele momento como um sujeito portador de necessidades educacionais (e sociais) específicas, para que ele não seja apenas uma estatística, mas que seja contemplado como um ser social que carece do conhecimento acadêmico, técnico, profissional e humano, que a escola pode e deve oferecer para que ele atue na sociedade com consciência e presteza, com habilidade e competência, transformando e melhorando seu meio e seu futuro.

A pesquisa limitou-se a analisar o *Campus Floresta* desde o início do programa até o ano de 2016 e como sugestão de pesquisas futura, sugere-se analisar outros *campus* e fazer comparativo dos resultados, inclusive nos períodos subsequentes. Sugere-se ainda, um estudo para se identificar estatisticamente os determinantes da evasão do programa, assim planejar com maior assertividade as medidas de necessárias para reduzir tal índice.

REFERÊNCIAS

BOULLOSA, Rosana; ARAÚJO, Edilson Tavares. **Avaliação e monitoramento de projetos sociais**. Curitiba: IESDE, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Planalto, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso 26 mar 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

BRASIL. **Lei nº 11.892** de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº. 11/2001 e Resolução CNE/CEB nº. 1/2000. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, maio 2000.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL, **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL, **Lei nº 9.649**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil Alfabetizado**. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2003**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/coeficient_e_brasil.shtm Acesso em: 07 abr 2017.

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito Administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FORTINI, Cristina; ESTEVES, J. C. S; DIAS, M. T. F. **Políticas públicas - possibilidades e limites**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **A Política de educação profissional no governo Lula: Um percurso histórico Controvertido**. Educac. Soc. Campinas, vol 26, n 92, p. 1087-1113, Especial-out. 2015. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso 26 mar 2017.

IF Sertão PE. Disponível em: www.ifsertao-pe.edu.br. Acesso em: 07 abr 2017.

MORAIS, Antonio Carlos Flores. **Legalidade, Eficiência e Controle da Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

NONATO, Raquel Sobral. **Compras Públicas Sustentáveis no Brasil: Análise da produção e circulação das ideias a partir da ressignificação dos atores**. 2015. 133 p. Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos: direito, concepções e sentidos**. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2005.

SANTOS, Reginaldo Souza; RIBEIRO, Elizabeth Matos; et. All. “Compreendendo a natureza das políticas públicas o Estado capitalista”. **Rap**, Rio de Janeiro 41(5): 813 – 1010, Set./Out., 2007.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

TEIXEIRA, Elionaldo. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade de Salvador**. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia: 2002. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/> Acesso 26 mar 2017.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 224 p.